

OS BONS JUDEUS: CONFLITOS E NEGOCIAÇÃO DE IDENTIDADE EM TERRAS GAÚCHAS

Cristine Fortes Lia*

A vida das comunidades judaicas na Europa, no final do século XIX, estava inviável. As permanentes tensões, em diferentes regiões europeias, promoveram a busca por lares nacionais na América. Dessa forma, no início do século XX foram fundadas, no Rio Grande do Sul, colônias agrícolas para imigrantes judeus, constituindo o período oficial de imigração judaica para o Brasil. O projeto das colônias agrícolas foi marcado por várias dinâmicas, como a inabilidade dos referidos indivíduos com o trato da terra, que caracterizaram a comunidade imigrante de forma negativa.

Além disso, pessoas religiosamente distintas, ou seja, não católicas, não eram bem vindas ao Brasil das primeiras décadas do século XX. As formas de instalação na vida rural, as tentativas de rompimento com a mesma, a negociação para permanecer no Brasil e, principalmente, a necessidade de manter sua religiosidade, evidenciando a natureza positiva da mesma, foram marcas do processo imigratório judaico para o Brasil. Este estudo se ocupa da análise das estratégias desenvolvidas por este grupo de imigrantes para garantir sua permanência em cidades brasileiras do sul, destacando o universo religioso que, rejeitado pela sociedade local, transformou-se no foco de conflitos vivenciado pela comunidade.

As comunidades judaicas e seus estereótipos

Falar em uma identidade para os judeus no Brasil é algo extremamente complexo. Ao ouvir a palavra “judeu” o interlocutor imediatamente se remete a alguma construção: o errante, o comunista, a vítima do holocausto, o usurpador, o comerciante inescrupuloso, etc. O interessante é que raramente essa identificação corresponde a um dado concreto, quem de fato conhece o judeu errante ou usurpador?

A identidade judaica, em geral, é construída através de estereótipos que não correspondem a características da comunidade judaica. Além disso, o anti-semitismo introduziu uma lógica perversa onde o preconceito supera qualquer informação. Assim, na

maioria das vezes, as pessoas não gostam de judeu, mas do seu “judeu” particular, fruto da sua própria construção sobre o judaísmo.

Em *Reflexões sobre o Racismo*, Jean-Paul Sartre (1978) chama a atenção para a inexistência de fundamento nas definições sobre os judeus. Segundo o filósofo francês, as pessoas afirmam que: “[...] *deve haver algo nos judeus: eles me incomodam fisicamente [...]*” ou “*Eu os odeio porque são interesseiros, intrigantes, pegajosos, viscosos, sem tato etc*” (p. 07). O que grande parte das pessoas define como a “raça judia” corresponde a um conjunto de defeitos atribuídos a determinados seres humanos. Jean-Paul Sartre (1978) ainda salienta o fato de que nossas informações sobre o judaísmo, em geral, não constituem um “dato histórico”, mas sim, “[...] *idéia que os agentes da história nutriam a respeito do judeu*” (p. 09).

Mas, então, o que significa ser judeu?

A definição mais comum do judaísmo está ligada à religiosidade do grupo. Neste caso, a crença na religião judaica, ou seja, o fator religioso é a base de organização do grupo. Essa visão, no entanto, mesmo que correta em alguns casos, é insuficiente para definir o fenômeno do judaísmo; considerado, nesse texto, como um grupo étnico, que tem como base uma história comum (do judaísmo). A idéia de história comum possibilita uma visão mais ampla do conceito de judaísmo.

O judaísmo não é apenas uma religião: é uma oni-abarcante cosmovisão, em que entram elementos religiosos, éticos, sociais, messiânicos, políticos e filosóficos. As idéias básicas do judaísmo devem também ser assentadas no fundamento da idéia espiritual-cultural nacional-judaica [...]. (JITLOVSKI In: GUINSBURG, 1970, p. 257)

De acordo com estes pensadores judeus, a conversão religiosa não é fator suficientemente forte para inserir alguém no mundo judeu ou, ao contrário, excluí-lo dele. Um ateu não pode ser judeu? Sigmund Freud não era judeu? Olga Benário Prestes era comunista e, portanto, atéia. Entretanto, foi deportada para a Alemanha nazista e enviada para um campo de concentração, onde morreu durante a Segunda Guerra Mundial, por ser judia.

Quando John Dominic Crossan (1995) faz sua distinção entre antijudaísmo e anti-semitismo, observa que o abandono da religião não inibe o anti-semitismo, pois este estaria ligado à etnia, não definida meramente pelo fator religioso. A idéia de história comum

baseia-se na forte ligação do judaísmo com sua própria história. Um vínculo que não se estabelece apenas por se manterem as tradições do passado, mas pelo fato de cada indivíduo estar envolvido com a história judaica como sua própria história de vida. Todas as formas de sobrevivência que o grupo desenvolveu, suas múltiplas táticas de resistência e os mitos que delas se originaram, constituem o universo de todos os judeus, em qualquer lugar do mundo.

Entretanto, essas formulações a respeito da identidade judaica não inibem a manutenção das constantes construções sobre a mesma; de forma que, o judeu oriundo das formulações preconceituosas, sem referências concretas e que não remete as idéias acima expressas, é um ser “imaginário”. Uma idéia pobremente elaborada, que corresponde as necessidades de determinadas sociedades “exorcizarem” seus problemas, de ordem econômica, social, religiosa, etc.

Não é pretensão deste texto elaborar uma defesa sobre as comunidades judaicas, mas sim revelar a dificuldade em desconstruir as idéias vinculadas ao judaísmo, fruto de um poderoso discurso que ora “demoniza” ora “vitimiza” esse grupo étnico. Para isso, será observado dois discursos sobre os judeus no Brasil: o dos grupos anti-semitas do período da Era Vargas e o da historiografia brasileira a partir da década de 1970.

Os judeus no Brasil de Getúlio Vargas

O início do século XX corresponde a um novo período de vinda de judeus para o Brasil. Esse processo de imigração judaica para o território brasileiro tem ocupado inúmeros historiadores contemporâneos, bem como foi preocupação de intelectuais da época, que dedicaram obras se posicionando, em geral, contra, tal processo imigratório. A política do governo de Getúlio Vargas, profundamente ambígua e anti-semita, tentou de todas as formas inibir esse processo de imigração.

Mesmo objetivando um branqueamento da população brasileira, o projeto de nacionalização repelia a entrada de imigrantes judeus. Eram brancos, porém, indesejados. Segundo Alcir Lenharo (1986), não podendo se apoiar em razões biológicas, esse preconceito anti-judaico se fundamentou em razões “sócio-culturais”, segundo as quais o elemento judeu não correspondia às “necessidades imigratórias do país”.

A imigração judaica para o Rio Grande do Sul, processo que corresponde a imigração oficial para o Brasil, acontece através da fundação de colônias agrícolas no interior do referido estado. Despreparados, não adaptados a vida agrícola e nem as condições climáticas do país, os imigrantes judeus acabaram por abandonarem a vida nas colônias, o que reforçou os estereótipos sobre os mesmos, agora vistos como ingratos e inúteis. Eram aqueles que queria viver da usura, afirmação comum na época, que não levava em conta as experiências culturais e econômicas da comunidade na Europa.

Assim, o judeu era considerado o elemento indesejado pela sociedade, inútil economicamente, pois era o não-agricultor. Além disso, professava uma religião não legítima. Representava aquele que disseminaria uma herança cultural negativa no seio do povo brasileiro. Era necessário garantir o isolamento, impedir a “contaminação” do sangue judeu nas veias do brasileiro. Eram os preconceitos do sangue. O sangue judeu estaria contaminado, infecto. O “cruzamento” com essa “raça” “poluiria” os brasileiros.

Michel Foucault (1984), em *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*, nos mostra o quanto a idéia de sangue determina a posição social dos indivíduos. Segundo Foucault, a idéia de sangue está diretamente ligada à hereditariedade, ao que pode ser transmitido. A existência de um grupo está ligada à transmissão de seu sangue. Este constitui todo o universo simbólico das alianças, dos sacrifícios, do derramamento, “*fácil de derramar, sujeito a extinção, demasiadamente pronto a se misturar, suscetível de se corromper rapidamente*” (FOUCAULT, 1984, p. 138). O filósofo francês chama a atenção de que controlar o sangue é um exercício de poder, de impedir a manifestação de algo indesejado.

Uma das posturas da ação política do período foi a de pregar o “sexo higiênico”, fazendo grande alarde em torno das doenças venéreas. O sexo higiênico era aquele praticado dentro do casamento. Essa postura foi amplamente defendida pela Igreja Católica, já que o verdadeiro casamento era aquele celebrado pela instituição religiosa acima referida. Estavam fora da prática higiênica do sexo todos aqueles que não contraíssem matrimônio pelos moldes do catolicismo. Com isto, criou-se a idéia de impureza nas práticas sexuais dos não-católicos, dos que “viviam em pecado”. Aliás, segundo Lenharo (1986), judeus, negros e japoneses eram apontados como degenerados sexualmente.

Importante destacar mais uma vez, que os judeus constituíam uma etnia imigratória indesejável e, portanto, não faziam parte do grupo que realizaria o conveniente branqueamento da população. O impedimento das práticas sexuais, entre os considerados verdadeiramente brasileiros e as minorias étnicas, foi uma das muitas faces do isolamento que o período conferia a tais minorias. Impedir a “mistura” entre brasileiros e judeus, foi também uma maneira de garantir que uma “religião menos legítima” se infiltrasse em um Brasil que se pretendia católico.

Além do aparato de repressão policial, e da divulgação do caráter infecto que continham os imigrantes judeus, o anti-semitismo da época ainda contou com forte propaganda ideológica, que se divulgou através de jornais, panfletos, obras que se pretendiam ser de história do Brasil. Na tentativa de neutralizar e erradicar a presença judaica em terras brasileiras, o período de 1930-1945 foi de intensa propaganda anti-judaica. Ao mesmo tempo em que se fazia intensa exaltação do que se postulou, naquela época, ser verdadeiramente nacional, buscou-se denegrir a imagem do outro, nesse caso específico de nossa análise, este outro é o judeu.

Assim, temos a construção da identidade judaica no período, o ser que não deve “vingar”, que não merece o pertencimento em terras brasileiras por representar o acima descrito: infectos, degenerados, inúteis economicamente, religiosamente equivocados, etc. Esse é o judeu construído pela e para Era Vargas! O indivíduo errante que viria deteriorar a boa índole dos cidadãos brasileiros.

Vários segmentos da imprensa também se ocuparam em dar sua contribuição para essa construção de identidade. Foi o caso da publicação católica *Unitas*, que formula vários tipos de definições depreciativas sobre os judeus na sua edição de novembro de 1933: "*A Rússia bolchevista é creatura do judaísmo [...]. A imprensa e os anúncios, o teatro e o cinema, muitas vezes, transbordam de tendências frívolas e cínicas, envenedadoras da alma cristã, criadas e difundidas pelo judaísmo*" (p.415).

O artigo, que utiliza definições sobre o judaísmo que são parte da obra de Henri Ford *O judeu internacional*, também atribui ao Estado a responsabilidade de controlar as vertentes religiosas que se disseminavam no país, devendo inibir severamente a propagação do judaísmo. E ainda condena a imigração judaica para o Brasil, denominada no mesmo como “o presente grego, o cavalo de Tróia”.

Constantes eram também as aparições dos judeus nas páginas policiais de diversos periódicos; falsários, cafetões, membros de quadrilhas internacionais, comunistas, etc. Essa tendência à criminalidade reforçada insistentemente, na visão dos periódicos, contribuía para reafirmar a posição do judeu como imigrante indesejável e como elemento que precisava ser cuidadosamente vigiado dentro do território nacional.

A construção desse sentimento contra judeus através da imprensa apoiava-se, em geral, principalmente durante os anos do Estado Novo, nas questões econômicas, apontando-os como usurpadores e inúteis economicamente. Mas, em muitos casos, o apelo anti-semita se construía exclusivamente através de uma motivação de ordem emocional, que envolvia, quase sempre, um confronto de ordem religiosa. Reconstruía-se, então, a imagem de deicidas, de povo que merece castigo, de indignos, hereges, etc. O texto abaixo corresponde a uma mostra do que a imprensa publicou nessa linha de pensamento.

Durante a vida terrena de Jesus Cristo, gritaram os judeus: “Não queremos que este seja o nosso rei!” Não admitimos que ele estenda sobre nós o ceptro do seu domínio! Sim, não o quiseram e o pregaram na cruz [...] Nos tempos presentes, repete-se a mesma cena (REVISTA UNITAS, 1931, p. 90).

A revista *Unitas*, voltada para o apelo emocional, pretendia, através da construção de um discurso que remete aos tempos bíblicos, alertar sobre a periculosidade de um grupo – o dos judeus - que, desviado dos verdadeiros valores morais, objetivava neutralizar a cultura cristã no Brasil, inserindo o país num universo da anarquia, da imoralidade e do comunismo. Como podem os assassinos de Cristo fixarem-se em nossas terras? Mesmo que não fossem economicamente inúteis, eram moralmente comprometidos.

Também merece menção o caráter doutrinário da Ação Integralista Brasileira que, no primeiros anos da Era Vargas, ocupou-se em criar uma identidade para a comunidade judaica. Em 21 de abril de 1936, por exemplo, o jornal *Correio do Povo*, publicou um expressivo texto na sessão “A pedidos”, de Mario Ferreira de Medeiros, que se assinava chefe provincial da AIB no Rio Grande do Sul. Nesse texto, intitulado “Pelo bem do Brasil, Anauê! Integralismo versus judaísmo internacional. Uma palavra de ordem aos cento e trinta núcleos integralistas do Rio Grande do Sul”, o referido chefe provincial conclamava os integrantes da Ação Integralista para a luta contra os judeus maçons.

Para isso, apresentava inúmeros argumentos que evidenciavam a relação judaísmo e maçonaria e a extensão das atividades dessa organização. Exigia o comprometimento dos

membros da AIB para salvar a nação, e afirmava não temer pela própria vida que estaria em jogo nesta luta, dada a periculosidade de seus oponentes, os judeus maçons. Para ele, comunismo, maçonaria e judaísmo eram sinônimos, já que partiam da mesma vertente do mal. Era preciso “[...] *limpar o Brasil da peste comunista. Banqueirismo, maçonaria e comunismo, tudo é a mesma coisa: ‘judaísmo internacional’!*” (CORREIO DO POVO, 21/04/1936, p. 11).

Impossível não mencionar o padre Ricardo Liberalli com suas longas afirmações sobre o perigo judaico: “*o plano judaico é descristianizar o universo para nele implantar a República Comunista universal, sob o controle dos hebreus, que se tornariam senhores do mundo*” (ESTRELLA DO SUL, 23/10/1932, p. 03). Ou ainda: “*A maçonaria, meus caros pastores, é o mesmo Anticristo, porquanto que é o posto avançado dos judeus, pela qual desejam implantar o comunismo ateu no mundo*” (ESTRELLA DO SUL, 12/08/1937, p. 07). As construções de Liberalli são interessantíssimas pois, os judeus são ao mesmo tempo ateus, capitalistas, comunistas e pretendem destruir a civilização ocidental da qual fazem parte.

Todas essas formulações encontraram (e ainda encontram) “eco” na sociedade, propiciando um imenso clima anti-semita, calcado em uma aversão contra indivíduos idealizados através do discurso inconsistente de determinados grupos sociais. Promoviam, assim, um silenciamento sobre a cultura judaica, fazendo desse silêncio o domínio de seus próprios discursos.

Criou, nesse sentido, aquilo que Eni Orlandi (1996) considera como uma fala silenciadora, através da qual não se cala um grupo, mas “*se fala para não se dizer certas coisas, para não se permitir que se digam coisas que causam transformações limites, ou melhor, [...], para não se dizer (ou deixar dizer) as outras palavras. Nesse sentido, a fala é silenciadora enquanto domínio do mesmo*” (p. 264).

A identidade judaica na historiografia brasileira

A partir da década de 1970 a temática do judaísmo (mais precisamente dos judeus no Brasil) ganhou mais espaço dentro dos estudos da historiografia brasileira. Graças a historiadores como Anita Novinsky, um tema até então considerado sem importância emergiu com “grande fôlego” para as pesquisas acadêmicas. No entanto, alguns desses

estudos acabaram por conferir um caráter de grupo vítima para os imigrantes judeus no Brasil. Enxergando uma suposta linearidade nas perseguições sofridas pelos mesmos em terras brasileiras, construíram uma nova identidade para eles: as vítimas da intolerância nacional.

Esse caso pode ser exemplificado com *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração: 1930-1945*, de Maria Luiza Tucci Carneiro (1995), que estabeleceu uma corrente historiográfica, pioneira nesse enfoque, que observa a presença dos judeus no Brasil, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, através do anti-semitismo do período. Para a autora, durante o período do Estado Novo, a comunidade judaica foi atacada de todas as formas e não encontrou espaço para sua defesa, nem para expressar seu repúdio, nem contou com a colaboração de membros da sociedade local. “*Raras foram as publicações de defesa da comunidade judaica: um grande silêncio se manifestou por parte da comunidade judaica e da intelectualidade brasileira, não comprometida com o Estado Novo*” (CARNEIRO, 1995, p. 26-27).

Tucci Carneiro (1995) observa uma espécie de “passividade” da comunidade judaica que, não encontrando espaço para realizar sua defesa, permaneceu inerte perante os ataques do governo estado-novista. Destaca, também, que uma severa censura sobre a imprensa escrita impedia manifestações a favor dos imigrantes judeus. A comunidade referida, dentro dessa análise, viveu o Estado Novo amedrontada e impotente, frustrando qualquer expectativa de melhorar de vida através da imigração.

Buscando romper com qualquer idéia que garanta a existência de uma vida agradável para esses imigrantes no Brasil, durante o referido período, a autora evidencia uma linearidade na intolerância ao judeu, que se inicia com cristãos-novos, durante a colonização, e se estende até o período estudado. Priorizando o imigrante que chega ao Brasil em função da Segunda Guerra, e analisando documentação policial, diplomática e depoimentos, Maria Luiza Tucci Carneiro (1995) conclui que “*existiram, entre nós, o paraíso dos trópicos, condimentos necessários que quase nos transformaram num purgatório nazista*” (p. 21-22).

Outro exemplo é a obra de Júlio José Chiavenato (1985), que vitimiza de tal forma a experiência histórica dos judeus no Brasil, que seu estudo intitula-se *O inimigo eleito: os judeus, o poder e o anti-semitismo*. Casos como esses são freqüentes na historiografia

recente (fora aqueles que reduzem a trajetória judaica ao exótico da cultura ou da colonização brasileira), que acabou por substituir a identidade de vilões para a de vítimas, negligenciando de igual forma a cultura judaica no Brasil.

A negociação de identidade: alguns exemplos

Na tentativa de promover uma imagem positiva de sua comunidade, os imigrantes judeus não permaneceram passivos, como muitas vezes postulou a historiografia sobre o assunto. Vários estudos de caso são possíveis para esta análise, mas este texto focará breves exemplos, através de notícias publicadas nos periódicos gaúchos.

Como eram descritos como degenerados sexualmente, uma das opções da comunidade judaica do Rio Grande do Sul foi investir na desconstrução da ideia de imoralidade presente no grupo. Desta forma, são muito intensas as publicações de matérias sobre eventos realizados nas associações da comunidade, como bailes (até mesmo de carnaval, para promover a ideia de incorporação da cultura brasileira), chás de senhoras, almoços em datas cívicas, entre outros, festejos que, na grande maioria eram abertos para todas as pessoas, independente de serem judias ou não, e tinham a função de criar a imagem familiar para os imigrantes judeus.

Também foram constantes os anúncios de nascimentos e casamentos, sempre desconstruindo a imagem de grupo sem moral que tinha sido formada sobre o grupo. Além das medidas que buscavam remodelar a imagem da comunidade sobre o prisma de que eram um grupo moralmente inquestionável, intensificou-se a campanha, por parte da comunidade judaica, de que eram bons trabalhadores. Para isto, as páginas dos periódicos do sul do Brasil passaram a exibir uma série de anúncios do comércio judaico. Estas propagandas, sobre as atividades comerciais dos mesmos, ressaltavam a qualidade do trabalho prestado, a seriedade da relação com seus clientes e as boas condições de compra, no que se refere as possibilidades de parcelamento do pagamento. O que remetia as boas intenções destes comerciantes, descartando a imagem de pessoas que viviam da usura e da exploração dos povos que os acolhiam.

Assim, os imigrantes judeus organizaram uma estratégia de negociação de identidade cultural e permanência em terras brasileiras que extrapolou e não se orientou pelo revide das ações anti-semitas que sofriam. Buscaram evidenciar uma imagem positiva

sobre a comunidade, desconstruindo as ideias negativas que eram elaboradas sobre a mesma. Ocuparam-se em consolidar a imagem de que eram imigrantes úteis, que se adaptavam as necessidades imigratórias do país, que eram bons judeus.

Considerações finais

O judeu não recebe o mérito de ter sido colonizador, colono ou mesmo imigrante. Carrega o estigma do errante, de forma que, na maior parte das vezes, é visto como o não cidadão, o que não se relaciona afetivamente com o país onde está. Para ele não foi dado nem mesmo o direito da identidade hifenizada. Os nascidos no Brasil (independentemente de qual geração) são apenas “judeus”.

Cada grupo se alimenta da construção que melhor lhe convém e constrói o seu próprio judeu. É o caso dos neo-nazistas que elaboram sua construção através das formulações obsoletas e descontextualizadas das primeiras décadas do século XX. Afinal, a identidade judaica também se constrói através da emoção, do ódio aos deicidas, da piedade às vítimas do holocausto, da indignação pelo conflito árabe-israelense, etc.

Na ausência da apologia que alimenta a trajetória de outros grupos de imigrantes e sob a sombra do iminente preconceito, a identidade cultural judaica ofusca-se no palco das celebrações étnicas. A reafirmação do purismo de alguns grupos, motivo de orgulho para os mesmos, não encontra muito espaço entre os judeus.

Nesse sentido, esse texto buscou evidenciar que a identidade judaica constrói-se através do discurso do outro que, incapacitado de compreender outro universo cultural, cria ou recria a sua própria concepção sobre o judaísmo. Esse judeu que todos julgam conhecer é fruto das concepções brasileiras sobre judaísmo, como foi evidenciado nos exemplos arrolados.

Obviamente nenhum purismo étnico pode ser alcançado em terras brasileiras, mas o discurso sobre a identidade cultural judaica devia cada vez mais ir em busca de uma nova voz: a dos judeus. Ou então, mantenha-se o preconceito sobre algo que imagina-se existir. Por outro lado, é necessário ressaltar que os judeus nunca foram vítimas passivas destas visões estereotipadas de sua comunidade. Durante seu processo de instalação em terras brasileiras e nos períodos de intensificação de anti-semitismo, desenvolveu estratégias de negociação de identidade cultural, que garantiram sua permanência no Brasil.

Referências bibliográficas

Livro:

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Anti-Semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CHIAVENATO, Júlio José. **O inimigo eleito: os judeus, o poder e o anti-semitismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

CROSSAN, John Dominic. **Quem matou Jesus?** As raízes do anti-semitismo na história evangélica da morte de Jesus. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: I, A vontade de saber**. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GUINSBURG, J. **O Judeu e a Modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2 ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4 ed. Campinas: Pontes, 1996.

SARTRE, Jean-Paul. **Reflexões sobre o racismo**. 6 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1978.

Periódicos:

Correio do Povo, Porto Alegre, 21 de abril de 1936.

Unitas, Porto Alegre, 1930/1931.

Estrella do Sul, Porto Alegre, 23 de outubro de 1932/12 de agosto de 1937.

Notas:

* Doutora em História pela PUCRS. Docente e pesquisadora da Universidade de Caxias do Sul - UCS.